

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.

PROJETO DE LEI Nº 1.620, DE 2025

Cria o Selo “Empresa Amiga da Comunidade”.

Autor: Deputado DIMAS GADELHA

Relator: Deputado JOSIVALDO JP

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.620, de 2025, de autoria do nobre Deputado Dimas Gadelha, cria, segundo seus arts. 1º e 2º, o Selo “Empresa Amiga da Comunidade”, para reconhecer e incentivar empresas que implementam práticas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico local e à responsabilidade social corporativa.

Esse Selo será concedido pelo Poder Executivo às empresas que atenderem determinados critérios e terá validade de dois anos, podendo ser sucessivamente renovado, desde que seja realizada avaliação sobre o atendimento dos critérios. As empresas poderão utilizar o Selo para fins institucionais e promocionais em todos os materiais e meios de comunicação, tais como sites, embalagens, papelaria, documentos fiscais, adesivos, sacolas, banners, uniformes, produtos e serviços. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, em seus respectivos âmbitos de competência, selos locais vinculados ao Selo “Empresa Amiga da Comunidade”, observadas diretrizes gerais e respeitadas as particularidades regionais.

Segundo o art. 3º da Proposição, para obter o Selo, a empresa deverá desenvolver ações concretas de responsabilidade corporativa relacionadas à inclusão socioeconômica, à valorização da expressão local e ao implemento de um ambiente de trabalho inclusivo.



Consideram-se ações concretas de inclusão socioeconômica: implementação de programas de recrutamento e seleção direcionados a moradores de áreas periféricas e grupos vulneráveis; oferta de oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional, incluindo cursos de línguas e formação técnica; parcerias com organizações comunitárias, universidades e institutos técnicos para gerar, identificar e atrair talentos locais.

São ações concretas de valorização da expressão local: destinação de recursos para apoiar projetos esportivos, culturais ou de capacitação técnico-profissional em comunidades periféricas; incentivo à participação de funcionários em atividades culturais locais, fortalecendo o vínculo entre a empresa e a comunidade; destinação de recursos para instituições de geração ou manutenção de espaços verdes urbanos, com a finalidade de impactar positivamente a área verde local; parcerias com governos locais para alinhar as ações da empresa às políticas públicas de desenvolvimento regional.

Já as ações concretas para um ambiente de trabalho inclusivo incluem: promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, valorizando a geração de novas lideranças; adoção de programas de benefícios para os funcionários, incluindo auxílio-alimentação, assistência à saúde, incentivo à educação continuada e demais iniciativas de bem-estar; adoção de jornada de trabalho inferior ao máximo legalmente permitido; implementação de políticas de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos funcionários.

Define-se que as ações concretas de valorização da expressão local poderão ser implementadas tanto nas imediações da empresa quanto em bairros periféricos conexos e municípios integrantes da região metropolitana, respeitando as particularidades e necessidades locais. Ademais, a obtenção do Selo depende da prova de que a empresa adota, concomitantemente, uma ou mais ações concretas em cada um dos três campos temáticos.

O art. 4º prevê que o modelo, os procedimentos de solicitação, concessão, renovação e exclusão e a forma de utilização e de divulgação do Selo “Empresa Amiga da Comunidade” serão disciplinados na forma do regulamento, que poderá adotar procedimentos simplificados e critérios



proporcionais para pequenos negócios. Os procedimentos de solicitação, concessão, renovação e exclusão serão transparentes, assegurada ampla divulgação dos requisitos e critérios de avaliação.

A operacionalização do Selo poderá ser realizada diretamente pelo Poder Executivo ou por entidade ou empresa certificadora credenciada. Já o governo federal poderá firmar parcerias com entidades do setor produtivo, organizações sociais e instituições reconhecidas por sua atuação em avaliação de práticas empresariais, para ampliar a abrangência e a qualidade do processo de concessão do Selo. Por fim, o art. 5º fixa que esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o Autor defende que o Selo “Empresa Amiga da Comunidade” permitirá reconhecer e incentivar empresas que desenvolvam ações concretas de responsabilidade corporativa, oferecendo oportunidades para as pessoas e promovendo a inclusão socioeconômica, a preservação ambiental, o esporte, a cultura e o trabalho decente.

O mecanismo proposto no Projeto, argumenta-se, serviria de incentivo às boas práticas empresariais, reconhecendo publicamente entidades privadas que desenvolvem programas de capacitação, inclusão e valorização do espaço local. Também se possibilita a integração do selo federal com iniciativas subnacionais, conferindo maior capilaridade e suporte às iniciativas sociais das empresas. Essa certificação seguiria o modelo de outros programas federais e estaduais bem-sucedidos, como o Selo “Empresa Amiga da Mulher” (Lei nº 14.682/2023).

Com respeito à tramitação, observa-se que o Projeto foi distribuído às Comissões de Indústria, Comércio e Serviços e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD). A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II, e o art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). No prazo regimental, não foram apresentadas Emendas.

É o nosso Relatório.



II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 1.620, de 2025, traz relevante iniciativa para incentivar boas práticas em diversas dimensões importantes para um bom ambiente empresarial e de trabalho inclusivo, com valorização das realidades locais, por meio da criação do Selo “Empresa Amiga da Comunidade”.

Para obter o Selo, a empresa deve desenvolver ações concretas de responsabilidade corporativa relacionada à inclusão socioeconômica, à valorização da expressão local e a um ambiente de trabalho inclusivo.

Os requisitos para obtenção do Selo são positivos e devem realmente ser estimulados. Na inclusão socioeconômica, são importantes o recrutamento e seleção de moradores de áreas periféricas e grupos vulneráveis, além da oferta de oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional, e de parcerias com organizações comunitárias, universidades e institutos técnicos para gerar, identificar e atrair talentos locais.

Na valorização da expressão local, destaco requisitos como apoiar projetos esportivos, culturais ou de capacitação técnico-profissional em comunidades periféricas, bem como a participação de funcionários em atividades culturais locais, os recursos para instituições de geração ou manutenção de espaços verdes urbanos e as parcerias com governos locais.

Já requisitos para um ambiente de trabalho inclusivo incluem o ambiente de trabalho seguro e saudável, a adoção de programas de benefícios para os funcionários, incluindo auxílio-alimentação, assistência à saúde, incentivo à educação continuada e demais iniciativas de bem-estar, além de jornada de trabalho inferior ao máximo legalmente permitido e de políticas de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos funcionários.

Ainda o Projeto prevê que Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, em seus respectivos âmbitos de competência, selos locais vinculados ao Selo “Empresa Amiga da Comunidade”, respeitando



as particularidades regionais. Dessa maneira, são estímulos que fomentam melhores práticas, podendo também ser adaptados para os pequenos negócios.

Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.620, de 2025**, do ilustre Deputado Dimas Gadelha, que cria o Selo “Empresa Amiga da Comunidade”.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado **JOSIVALDO JP**
Relator

